

RELAÇÃO DE TEMAS DE ATUAÇÃO (DIREITOS)

PFDC - TABELA DE DIREITOS

Revisão 2007

Esta proposta de padronização permite permanente aprimoramento.

RELAÇÃO DOS TEMAS DE ATUAÇÃO NA ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS Complementação da Resolução Nº 01 do X ENPDC		
TEMA 1	TEMA 2	TEMA 3
Direitos em espécie/previsão constitucional/declarações, pactos, convenções internacionais. É possível o registro de mais de um tema/direito neste primeiro campo.	Subdivisões do tema 1 e informações adicionais	Referência aos sujeitos ou titulares do direito e outras informações As referências dadas em cada um dos temas/direitos são exemplificativas, não esgotam as possibilidades. Podem ser registrados vários sujeitos. É importante cuidar para que não se reproduzam categorias estigmatizantes.
Direito de acesso a cargos públicos	Concurso público Ações afirmativas	Pessoa com Deficiência
Direito de acesso a serviços	Terminais de auto-atendimento Acessibilidade	
Direito a alimentação adequada	Aleitamento materno Desnutrição Controle Social Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.- Sisan Carências Nutricionais Específicas Acesso à Água Qualidade dos Alimentos Industrializados Programa Bolsa Família - PBF Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Ações emergenciais (incluir referência aos sujeitos, quando for o caso. Por exemplo: atingidos por barragens, populações que moram nas ruas, idosos, crianças e adolescentes, etc.) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. Conselho de Alimentação Escolar Pessoas com carências nutricionais Pessoas com doenças que necessitam controle alimentar (doença celíaca, fenilcetonúria, diabetes, entre outras) Crianças e adolescentes
Direito a ampla defesa	Direito ao contraditório/processo administrativo	
Direito a assistência familiar	Preservação dos vínculos familiares em entidades de longa permanência, casa lar e abrigo	Idosos
Direito de atendimento prioritário	Serviço Público Instituições Bancárias	Crianças e adolescentes Gestantes Idosos Pessoas com deficiência
Direito a buscar e receber asilo		

<p>Direito a assistência social</p>	<p>Amparo a crianças e adolescentes carentes Benefício de prestação continuada Benefícios eventuais (auxílios natalidade e morte) Controle social Proteção a maternidade Proteção a infância Proteção a família - PAIF Proteção a juventude Proteção a adolescência Proteção a velhice Promoção integração mercado de trabalho Habilitação/reabilitação deficientes e promoção de sua integração à vida comunitária Entidade de longa permanência, casa lar, abrigo Localização de parentes responsáveis</p>	<p>Idosos Crianças e adolescentes Programa Nacional de Inclusão do Jovem Conselhos de Assistência Social Pessoas com deficiência Conselho Nacional do Idoso</p>
<p>Direito a comunicação social</p>	<p>Resposta em caso de publicações inexas ou agravantes Internet Acessibilidade Classificação indicativa Publicidade Espaços e horários especiais nos meios de comunicação para finalidades educativas e culturais Rádio Rádio Comunitária</p>	<p>Crianças e adolescentes Idosos</p>
<p>Direito a cultura</p>	<p>Livre manifestação cultural Expressão em língua própria Respeito a modos de ser e viver Participação da vida cultural comunitária Participação do progresso científico e de seus benefícios Conservação, desenvolvimento e difusão da ciência e da cultura Participação dos benefícios do fomento e da cooperação internacionais em ciência e cultura. Acessibilidade a bens e serviços culturais Participação nas comemorações cívicas e culturais</p>	<p>Indígenas Afrodescendentes Minorias étnicas Comunidades rurais Comunidades tradicionais Pessoas com deficiência Idosos</p>
<p>Direito ao desenvolvimento</p>		<p>quilombolas</p>
<p>Direito ao devido processo legal</p>	<p>Concurso público Fundamentação das decisões Processo Administrativo</p>	

Direito a dignidade	Abuso de incapaz Condições degradantes no trabalho Identidade Mínimo existencial Registro civil do nascimento Trabalho infantil Dignidade sexual Proteção contra tratamento desumano (violento, aterrorizante, vexatório e constrangedor)	
Direito a educação	Financiamento Educação básica: ensino fundamental Educação básica: creche Educação básica: pré-escola Educação inclusiva/ações afirmativas Ensino Médio Ensino Privado Ensino Público Ensino Superior Qualidade do ensino Educação para a paz Respeito a peculiar condição de idade Educação para conhecimento, Valorização e respeito ao envelhecimento Valorização do magistério	CEFET Colégio de Aplicação Currículo Falta de autorização do MEC FNDE Fundef/Fundeb Gratuidade Matrícula Programas de material didático- escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde PROUNI Pós-graduação Revalidação de diploma Subvenções Pessoas com deficiência Pessoas com necessidades especiais Afrodescendentes Estrangeiros
Direito a eleger e ser eleito	Elegibilidade Anistia	Pessoa presa
Direito ao exercício de profissão	Cancelamento de inscrição Exigência de diploma Habilitação profissional Prerrogativas Qualificação Registro	Conselhos de classe Conselhos fiscalizadores de profissão (OAB, OMB, CREA, etc..)
Direito a família	Reconhecimento da paternidade/maternidade Adoção Convivência familiar	Crianças e adolescentes Idosos
Direito a honra		
Direito a igualdade	Concurso Público Acesso a estabelecimentos públicos Acesso a estabelecimentos privados Acesso ao trabalho Educação	
Direito a indenização	Condenação por erro judiciário Desapropriação de Terra Erro Médico	
Direito a identidade	Identidade sexual	GLBTT
Direito a individualização da pena	Medidas socioeducativas Pena privativa de liberdade	

Direito a informação	Radio Comunitária Arquivos públicos Acessibilidade	Desaparecidos políticos
Direito a integridade física e psíquica	Abuso de autoridade Castigo Sanções disciplinares Tortura e outros tratamentos desumanos e degradantes Medidas socioeducativas Serviços especiais de prevenção às vítimas idosas de maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão Inviolabilidade	Pessoa presa Pessoa submetida à medida de segurança FEBEM Criança e adolescente Idosos
Direito a imagem	Abuso de autoridade Dano moral	Criança e adolescente Mulheres Idosos
Direito de ir e vir	Emigração Imigração Redução a condição análoga à de escravo Seqüestro ou cárcere privado Tráfico de pessoas Escolha de residência Acessibilidade (prédios públicos, prédios comerciais, prédios residenciais, transporte público, terminais) Gratuidade, descontos, prioridade e reserva de vagas/assentos (transportes coletivos urbanos e semi-urbanos, estacionamentos públicos e privados) Serviços (terminais de auto-atendimento, orelhões etc) Logradouros Semáforos Gratuidade	Migrantes Estrangeiros Refugiados Pessoas com deficiência Idosos
Direito ao lazer	Acessibilidade física a atividades e locais de lazer Respeito à peculiar condição de idade Oportunidades de acesso (descontos, acesso preferencial, acessibilidade física a atividades e locais de lazer).	Idosos
Direito a liberdade de associação		
Direito a liberdade de consciência	Serviço militar	Adventistas Testemunhas de Jeová
Direito a liberdade de expressão	Atividade artística Atividade científica Atividade intelectual Radio Comunitária Liberdade de cátedra Autonomia didático-científica Censura	
Direito a liberdade de pensamento	Objecção de consciência Ameaça Constrangimento ilegal	

Direito a liberdade de religião	Exercício de cultos religiosos	
Direito a liberdade sexual	Orientação sexual Educação sexual	
Direito a liberdade de trabalho	Aliciamento de trabalhadores Assédio moral Redução a condição análoga à de escravo	
Direito a moradia adequada	Despejo forçado Grandes obras Usucapião Reassentamento Moradia digna Instituições de abrigo adequadas Programa Habitacional/prioridade na aquisição de moradia	Atingidos por Barragens Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB Sem-teto Idosos
Direito a nacionalidade		
Direito ao nome		
Direito a participação		
Direito de petição	Habeas data Obtenção de certidões	
Direito a prestação de alimentos	Convenção de Nova Iorque Estatuto do Idoso	Crianças e adolescentes Idosos
Direito a previdência social	Auxílio-doença Aposentadoria por invalidez Pensão por morte Aposentadoria por idade Aposentadoria por tempo de contribuição Aposentadoria especial Licença-maternidade Seguro-desemprego Salário-família Auxílio-reclusão Renda mínima benefícios previdenciários Preservação valor real dos benefícios	Idosos
Direito a privacidade/ Direito a intimidade	Abuso de autoridade Dano moral	
Direito a propriedade	Confisco Bem de família	
Direito a proteção		Idosos
Direito a proteção integral	Exploração sexual Abuso sexual Trabalho Infantil Classificação Indicativa	Criança e adolescente

Direito a regular prestação de serviços públicos	Análise de requerimentos, petições no prazo legal Abastecimento de água e saneamento básico Energia elétrica Iluminação pública Limpeza pública Segurança pública Transporte público Telefonia Qualidade do atendimento Eficiência Informação	Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS
Direito a reprodução	SUS Aborto Mortalidade materna Planejamento familiar Esterilização	
Direito de respeito aos restos mortais	Relocação de sítios urbanos por obras de infra-estrutura Cemitérios rurais	Atingidos por barragens
Direito ao respeito		Idosos
Direito a saúde	Financiamento da Saúde Controle Social Assistência farmacêutica Sistema Único de Saúde - SUS Pesquisa em seres humanos Elaboração e Revisão de Políticas e Programas de Saúde Acesso a Serviços Qualidade do Serviço Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Nesta coluna, no caso do direito a saúde, anotar dos titulares/sujeitos do direito específicos e/ou instituições de saúde e de controle social (Conselho Nacional de Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, Hospitais Psiquiátricos, etc.). (Ver Nota 3)
Direito a segurança	Fundo Nacional de Segurança Pública Violência policial Segurança privada	Programa de Proteção a Vitimas e Testemunhas Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos
Direito a terra	Conflito Desapropriação por interesse social Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária Usucapião coletivo Reforma Agrária Regularização fundiária	Comunidades rurais Assentados Posseiros
Direito ao trabalho	Desemprego Direito de greve Direitos trabalhistas Discriminação Anistia Carteira de trabalho Tráfico de pessoas Profissionalização especializada para idosos Admissão dos idosos (empregos e concursos)	Programa Primeiro Emprego Idoso

<p>Direito a vida</p>	<p>Execução sumária Chacina Linchamento Desaparecimento forçado</p>	<p>Grupo de extermínio Polícia civil Polícia militar Grupo paramilitar Pistoleiro Jagunço Segurança privada Justiceiro</p>
------------------------------	---	--

Notas:

1. Os participantes do XII ENPDC deliberaram que a elaboração da lista dos temas de atuação dos/as PDC a cargo da Comissão criada pela Portaria PFDC Nº 001/2006 de 2 de junho de 2006, necessária para o sistema de informações do MPF, deveria se pautar pelos seguintes critérios: a) os temas devem ser nomeados na ótica dos direitos; b) tomando-se como base a Resolução Nº 1 do X ENPDC, a Comissão elaborará uma lista preliminar a ser disponibilizada na página eletrônica da PFDC, por um período de tempo determinado, para sugestões; c) após finalizada, a PFDC encaminhará a lista à Secretaria de Acompanhamento e Documentação Processual – SADP.

2. As Resoluções 01, 02, 03 e 04 do X ENPDC tratam do ofício do/a PDC. A atuação institucional no ofício dos Direitos do Cidadão visa a garantir o efetivo respeito pelos Poderes Públicos e prestadores de serviços de relevância pública, referidos no art. 39, Lei Complementar 75/93, aos direitos constitucionais da pessoa humana, não atribuídos a outras câmaras. Será objeto da atuação a violação, por ação ou omissão, por estes poderes e serviços, a direitos constitucionais da pessoa humana tais como: saúde, educação, igualdade, previdência, liberdade, dignidade, assistência social, integridade física e psíquica, direito de petição, acessibilidade, acesso à Justiça, direito à informação e livre expressão, prestação de serviços públicos, reforma agrária. Atuará a (o) PFDC e as (os) PDC pelos interesses individuais indisponíveis, como agente, em decorrência de expressa previsão da atribuição institucional na Constituição da República, nas leis - exemplificadamente, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto do Idoso - e em tratados ou convenções internacionais; em outros interesses individuais, quando não caracterizado, de plano, qual o órgão ou instituição que possui atribuição, pode o PDC colher elementos de convicção antes do encaminhamento. Em qualquer caso e sempre que possível, deve o PDC direcionar sua atuação à solução da questão sob a perspectiva coletiva.

3. Nesta padronização, as três colunas de temas de atuação ordena informações que partem de um direito abrangente, na primeira, para temas mais específicos. Na área de saúde os sujeitos costumam ser, em alguns casos, referidos a Programas e Serviços dirigidos a doenças específicas (pessoas com HIV, criança e adolescente com diabetes, etc).

O Grupo de Trabalho sobre o Direito a Saúde sugeriu que nas Ementas sejam complementadas as informações não contempladas nesta lista de temas/direitos, incluindo as seguintes: 1. O Programa de Saúde Específico (saúde da mulher, DST/AIDS, etc), quando for o caso; 2. O Serviço ou o Procedimento, quando for o caso (cirurgia, etc). 3. O objetivo da ação ou da representação: regulação de serviços, credenciamento, gratuidade, acesso a medicamentos ou tratamentos, etc. O nome do programa precisa ser anotado exatamente como consta no Ministério da Saúde, o que vale para as demais, na medida do possível. Nas descrições da ementa é necessário anotar os termos técnicos da área de saúde, o quanto possível.